

Ministério do Desenvolvimento Agrário

MISSÃO

- Promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva e a ampliação de renda da agricultura familiar, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.

VISÃO

- Ser reconhecido nacional e internacionalmente como ator fundamental na construção de um meio rural com equidade, com mais oportunidades de renda e vida, mais humano, com inclusão produtiva e social e respeito ao meio ambiente.





QUEM SÃO AS MULHRES RURAIS?

- 48% da população rural são mulheres;
- 64% das mulheres brasileiras que não auferem remuneração são rurais;
- 46,6% das atividades de autoconsumo são exercidos pelas mulheres rurais (PNAD, 2006);
- 12,68% dos estabelecimentos tem como responsáveis as mulheres (Censo Agropecuário, 2006); isto é inferior à taxa de mulheres chefes de família no meio rural brasileiro - 14,6% (PNAD, 2006);
- 16% dos estabelecimentos da **Agricultura Familiar** tem como responsáveis as mulheres (Censo Agropecuário, 2006);
- 76,3% dos homens são proprietários e 75,9% das mulheres são proprietárias segundo condição do/a produtor/a;
 - 88,19 ha é o tamanho médio da propriedade dos HOMENS
 - 33,17 ha é o tamanho médio das propriedades de MULHERES

Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais

MISSÃO

- Superar as desigualdades de gênero e promover a autonomia das mulheres no meio rural

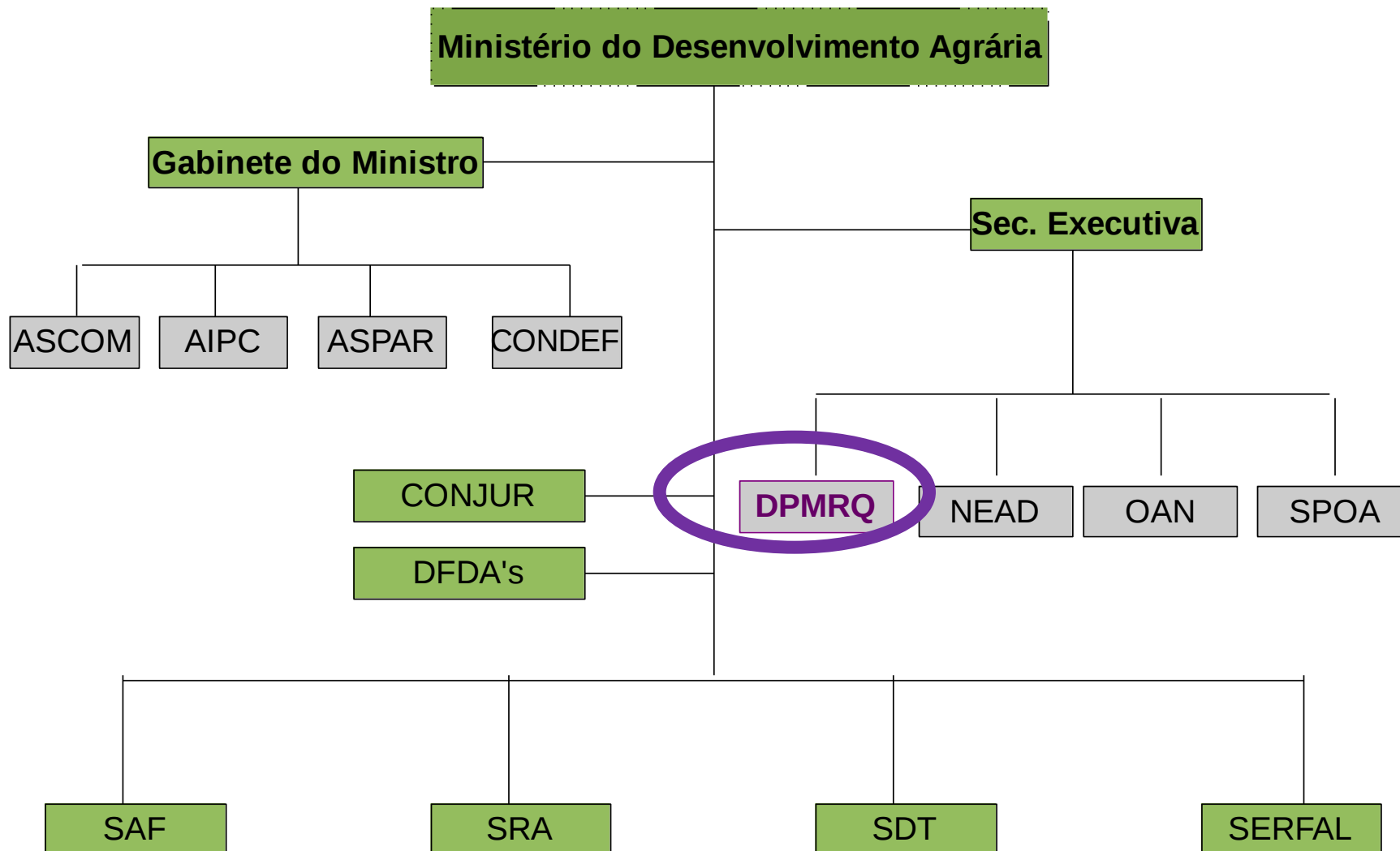
VISÃO

- Ser reconhecida como executora e articuladora da política de igualdade de gênero no meio rural

Objetivos Estratégicos

- Garantir acesso à documentação civil, trabalhista e jurídica;
- Garantir o direito de acesso a terra e aos recursos naturais;
- Promover a inclusão e o desenvolvimento da produção das mulheres rurais, valorizando o trabalho produtivo delas e estimulando a socialização dos trabalhos doméstico e do cuidado;
- Fortalecer a participação e o controle social;
- Aumentar a eficiência operacional e garantir um ambiente de trabalho de satisfatório e saudável;

Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais





Linha de Evolução da Institucionalização das Política para as Mulheres

2010



Diretoria de Política para
Mulheres Rurais e
Quilombola

2005



Programa de Igualdade
de Gênero Raça e Etnia

2003



Assessoria de Gênero
Raça e Etnia

2001



Programa de Ação
Afirmativa



- Equipe Nacional:

- 01 Diretora

- 02 Coordenadora Geral

- 02 Coordenadora de área

- 01 Apoio a coordenadora

- 05 Servidor/as

- 02 Servidoras ATPS

- 04 Consultoras

- 02 Recepcionistas

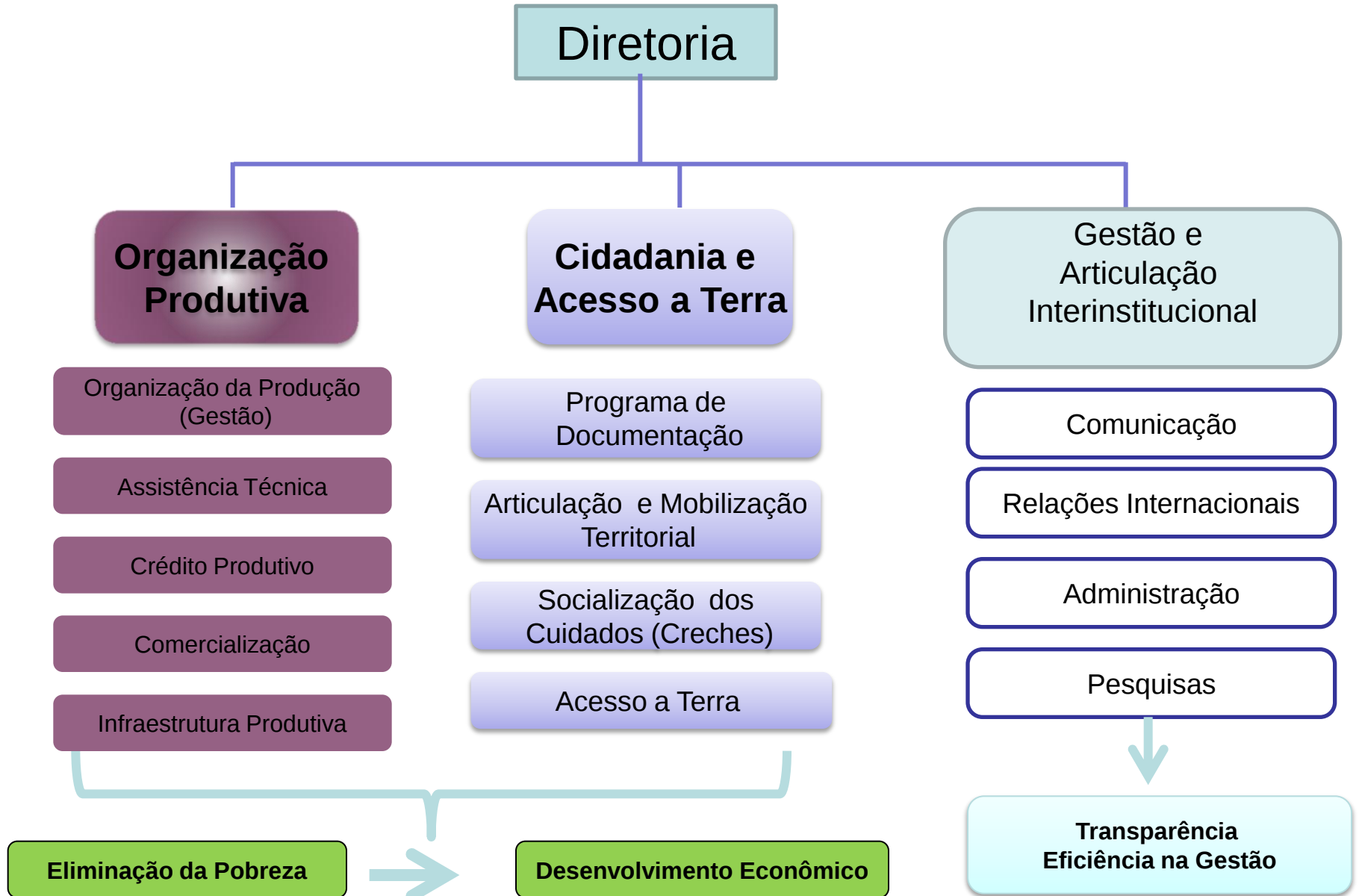
- 02 Secretário/a

- 01 Apoio

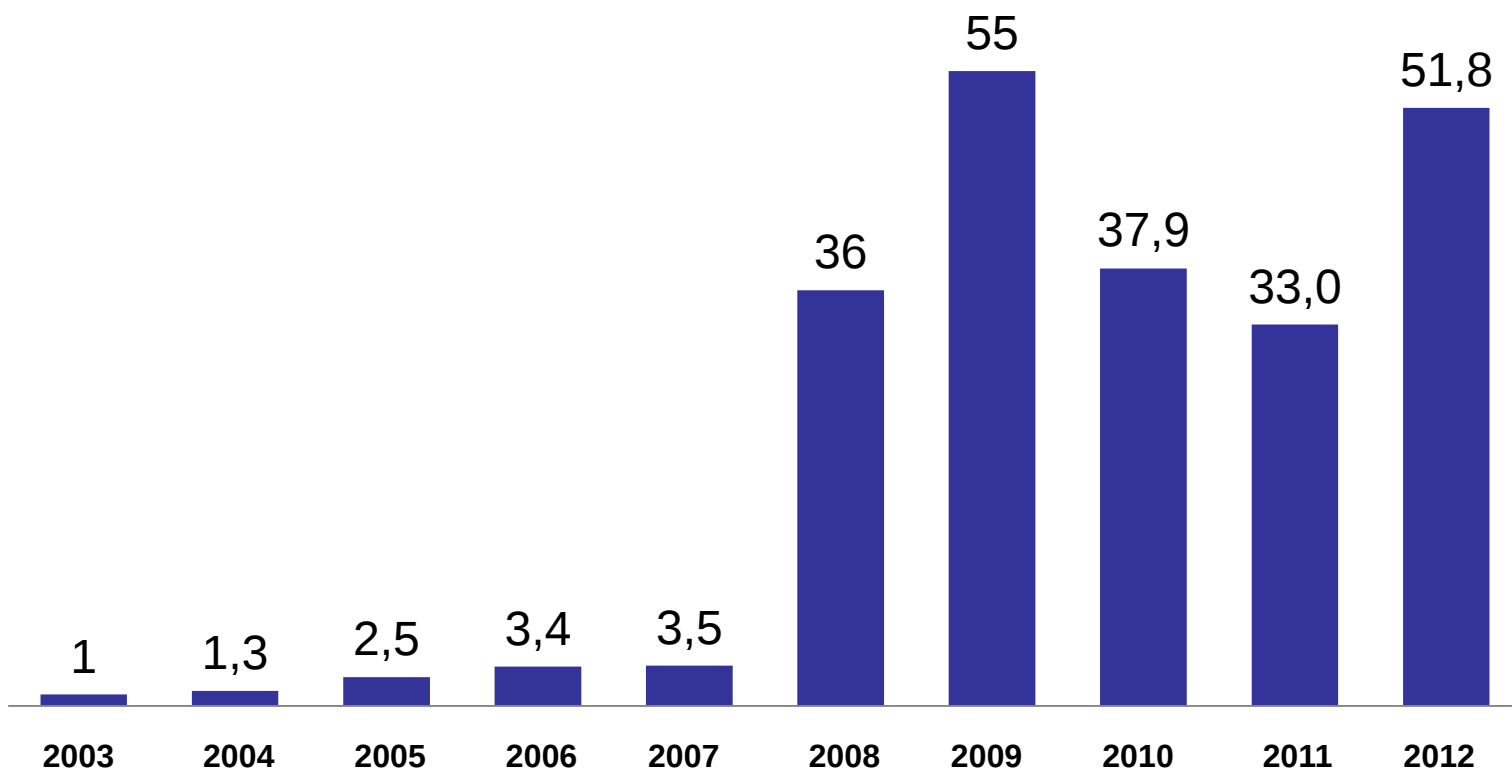
- 02 Estagiárias

- 30 equipes estaduais / Parceiros do PNDTR

Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais



Orçamento Aprovado



DPMR/SPOA/MDA



Espaços Institucionais de Monitoramento das Políticas Públicas

- Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais
- Comitê Gestor do Programa de Documentação da Trabalhadora Rural
- Rede de Ater para Mulheres
- GT de Gênero da Reaf /Mercosul
- GT de Gênero do Condraf
- Comitê Gestor das Parcerias com os Organismos de Políticas para Mulheres Rurais

DPMR//MDA





RESULTADOS 2003-2013



Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)

Objetivo:

Possibilitar às mulheres o acesso à documentação gratuita nas proximidades de suas moradias, com informações sobre as políticas públicas para a agricultura familiar e reforma agrária com oferta de recreação infantil nos mutirões de documentação.

- **2004 – 2010:** 2.917 mutirões, 3.148 municípios atendidos, 1.596.131 documentos emitidos, 729.304 mulheres atendidas
- **2011 – 2012:** 1.182 mutirões, 967 municípios atendidos, 434.874 documentos emitidos, 225.027 mulheres atendidas
- **2004 – 2012:** 4.099 mutirões, 4.115 municípios atendidos, 2.031.005 documentos emitidos, 954.331 mulheres atendidas
- **Em 2013 alcançamos 1 milhão de mulheres documentadas**



Acesso à Terra (2003 – 2013)

- Mulheres na reforma agrária:
 - Aumentou de 24% em 2003, para 69% em 2013
- Mulheres chefes de família na reforma agrária:
 - Aumentou de 13% em 2003 para 22% em 2013
- Microcrédito Fundiário –
 - Aumentou de 13,6% em 2003 para 23,1% em 2007

• **Portaria INCRA Nº 981 de 02 de outubro de 2003** - que estabeleceu a titulação conjunta obrigatória da terra nos assentamentos da reforma agrária

• **Instrução Normativa INCRA Nº 38 de 13/03/2007** - adequa procedimentos e instrumentos de seleção e cadastro dos candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária, regularização fundiária, desenvolvimento e consolidação dos assentamentos para garantir a participação efetiva das mulheres no processo.

• **Portaria MDA Nº 6 de 31 de janeiro de 2013** – reafirmou o compromisso de incluir as famílias chefiadas pelas mulheres como critério de priorização para as beneficiárias da Reforma Agrária



Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres

Fortalecer a organização produtiva, promover a produção de base ecológica e ampliar o acesso das mulheres às políticas públicas de produção e comercialização.

2004 a 2012

2004 - 2012

**113 projetos apoiados
54.000 mil mulheres rurais
R\$ 24.819.000,00**

BSM – 2012

**3 projetos apoiados,
1040 mulheres rurais
R\$2.961.000,00**

Lei de Ater nº 12.188/2010 Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e a Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater) e define os princípios e os objetivos dos serviços de ATER. **Inclui a promoção da igualdade de gênero.**



Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais

Objetivo:

Implementar políticas públicas que fortaleçam as organizações produtivas de trabalhadoras rurais de forma integrada, no contexto do desenvolvimento rural sustentável, garantindo o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, a fim de promover sua autonomia econômica e incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia solidária e feminista. Busca articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos locais, em benefício do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais com igualdade entre homens e mulheres.

2004 – 2012: 100 projetos apoiados beneficiando 133.738 mulheres, com recurso - R\$ 36.724.000,00.



Políticas de participação social no desenvolvimento Territorial (2003 – 2010)

- Constituição de 77 comitês territoriais de mulheres em órgãos colegiados dos 120 Territórios da Cidadania
- Mulheres participando da dinâmica do território, propondo pautas com suas demandas
- Encontro Nacional de Comitês de Mulheres de Territórios Rurais e Território da Cidadania

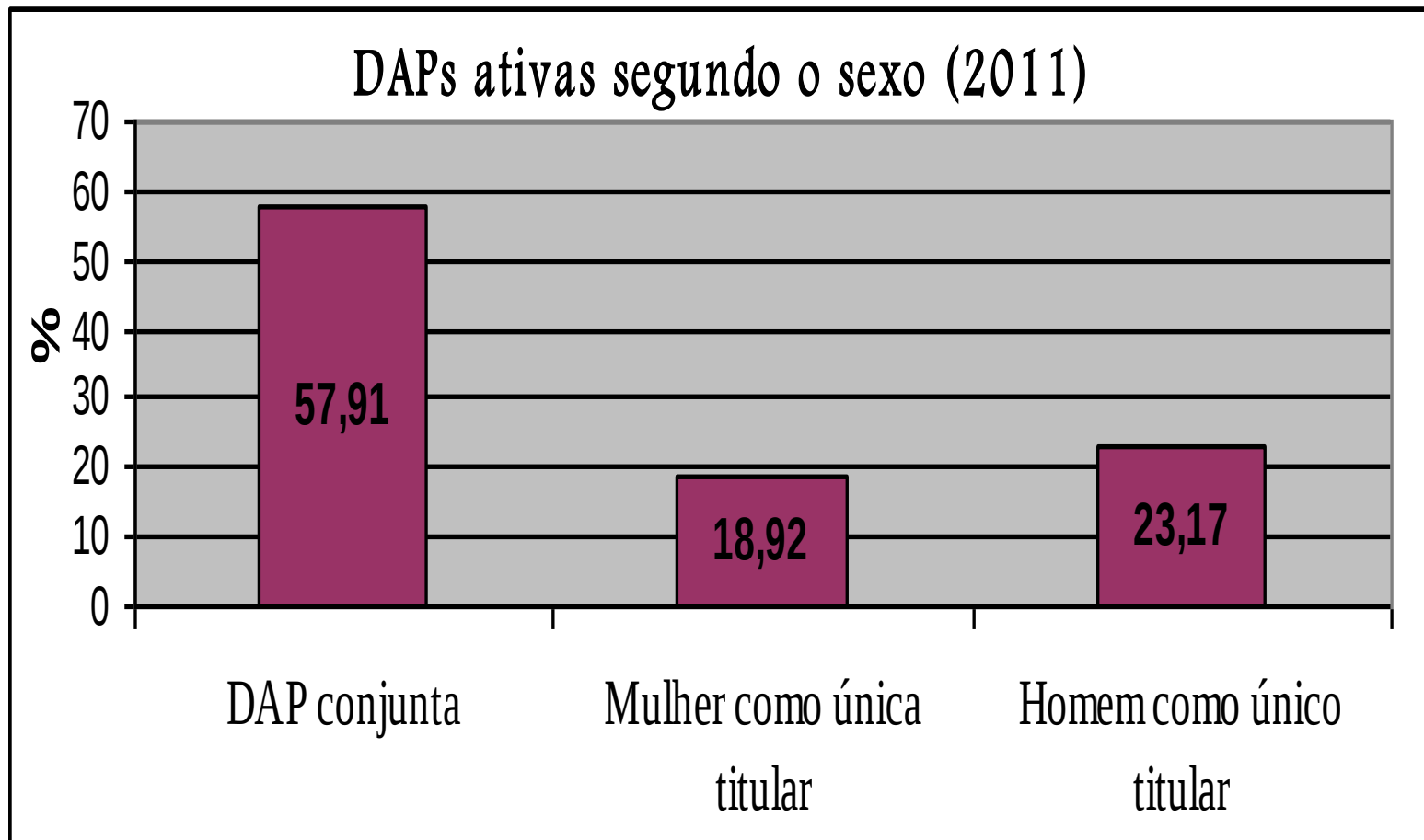


Parceria com Organismos de Mulheres dos Governos Estaduais (2011 – 2012)

- **Objetivo:**

Ampliar o acesso a políticas públicas e fortalecer as organizações produtivas de mulheres rurais, por meio do POPMR e o PNDTR com implementação de ações integradas para garantir às mulheres o acesso à cidadania e aos direitos econômicos

- 2011: Governos Estaduais (AC - AL - BA - PB – RS)
- 2012: Governos Estaduais (GO – ES – MA)
- 60 mil mulheres beneficiadas em 59 Territórios da Cidadania.





Pronaf Mulher

- 2003 – 2010: 38.166 contratos (R\$ 247.624.705,14)
- 2011 – 2012: 2.632 contratos (R\$ 69.466.308,22)



Crédito Apoio Mulher

- 2009 – 2011: 9.146 contratos efetivados

Garantia Safra

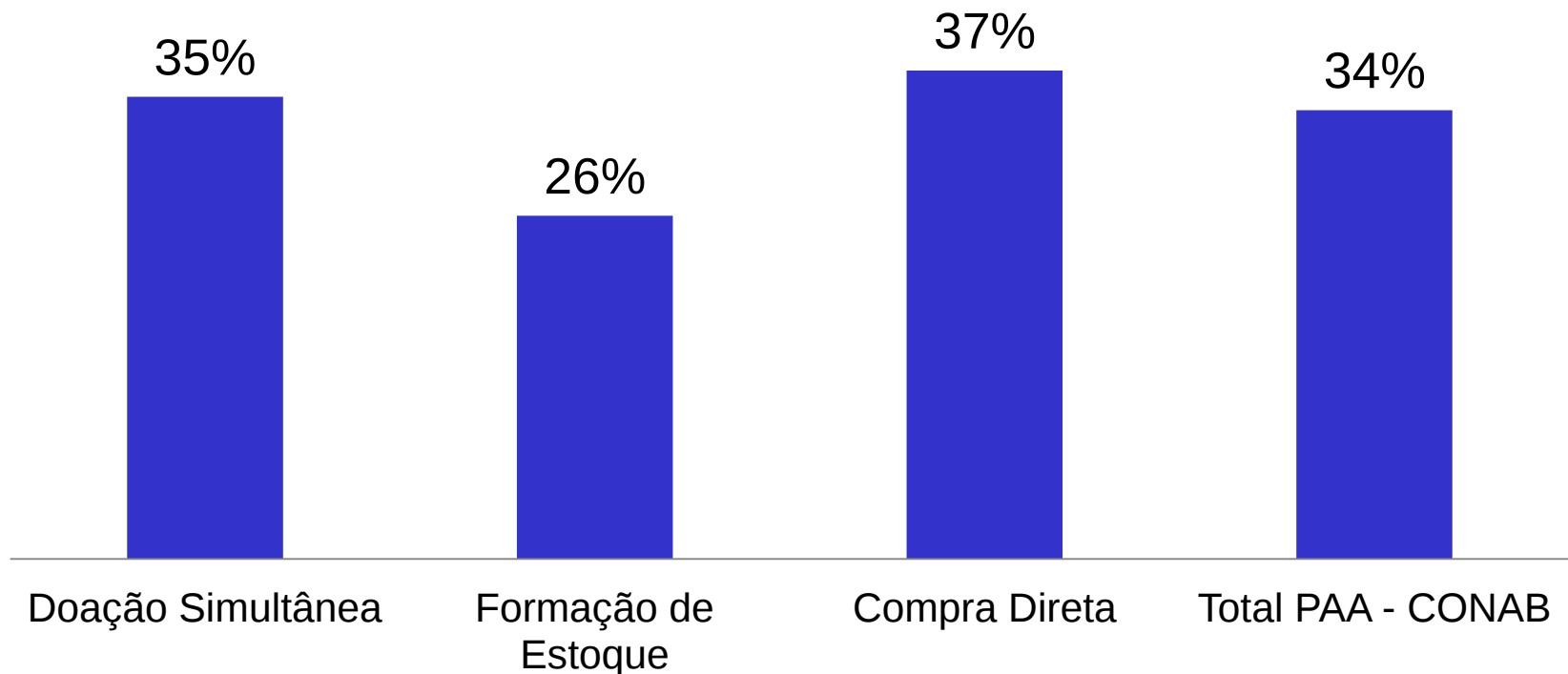
- 2010-2011 - 350.503 Mulheres beneficiadas (49%) do total de beneficiados do programa
- 2012 – titularidade em nome das mulheres

•Garantia Safra - Resolução Nº 1 de 2 de janeiro de 2013, que institui a titularidade do benefício do Garantia Safra em nome da mulher

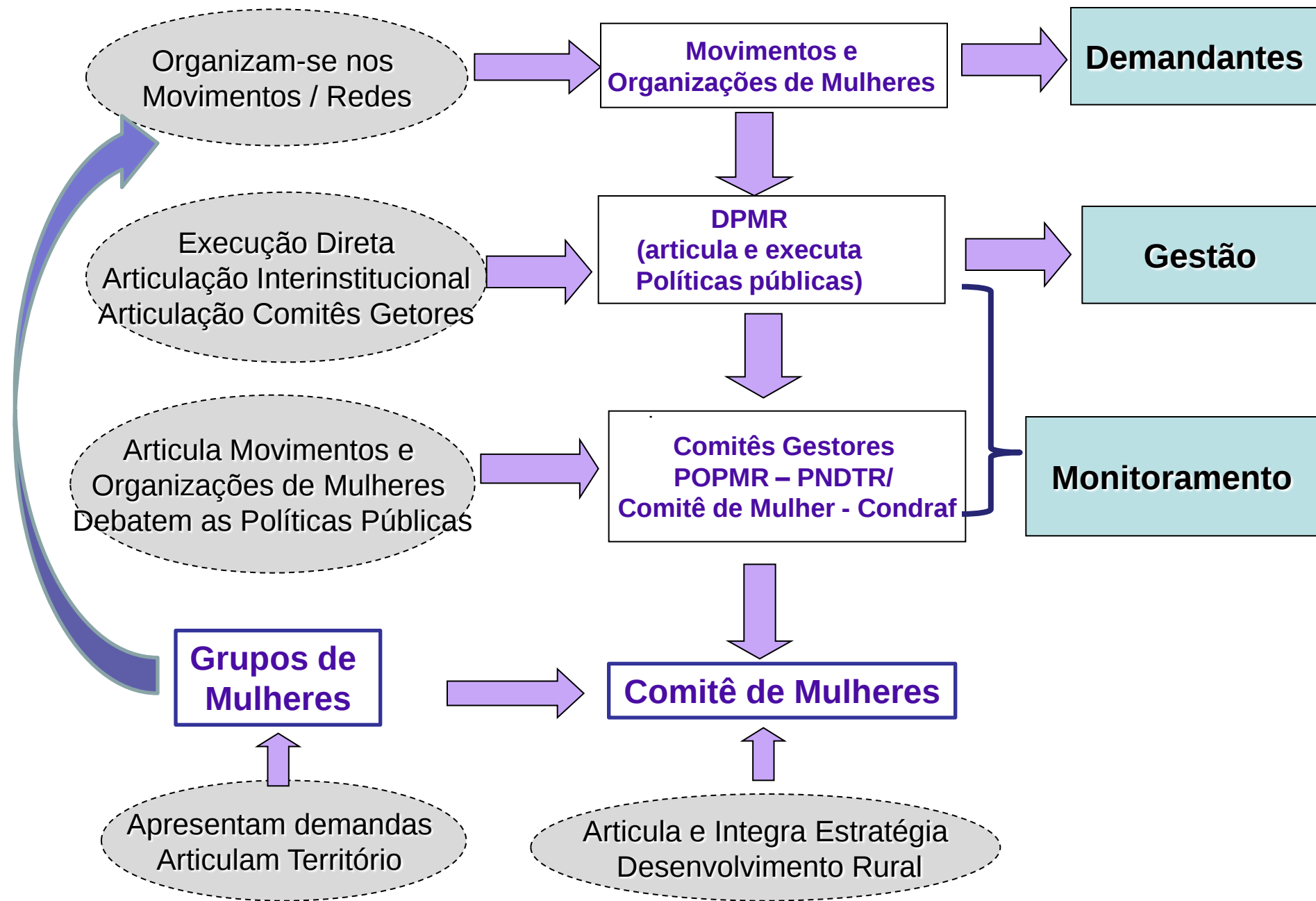


PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA

Mulheres no PAA - 2012



Articulando e Integrando Políticas Públicas para Mulheres Rurais





Normativos (2003 – 2010)

- **Portaria INCRA Nº 981 de 02 de outubro de 2003** - que estabeleceu a titulação conjunta obrigatória da terra nos assentamentos da reforma agrária
- **Instrução Normativa INCRA Nº 38 de 13/03/2007** - adequa procedimentos e instrumentos de seleção e cadastro dos candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária, regularização fundiária, desenvolvimento e consolidação dos assentamentos para garantir a participação efetiva das mulheres no processo.
- **Lei de Ater nº 12.188/2010** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e a Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater) e define os princípios e os objetivos dos serviços de ATER. **Inclui a promoção da igualdade de gênero.**



Normativos (2011-2013)

- PAA - Resolução 44 de 16 de agosto de 2011 - **Destinação de 5% dos recursos** do PAA para grupos produtivos de mulheres rurais; **Adoção de cotas mínima de participação de mulheres na condição de fornecedoras:** 40% Compra da AF com doação simultânea e Compra Direta Local e 30% Formação de estoque e incentivo a produção e consumo de leite
- **Garantia Safra - Resolução Nº 1 de 2 de janeiro de 2013**, que institui a titularidade do benefício do Garantia Safra em nome da mulher
- Portaria MDA Nº 6 de 31 de janeiro de 2013 – inclui as famílias chefiadas pelas mulheres como critério de priorização para as beneficiárias da Reforma Agrária

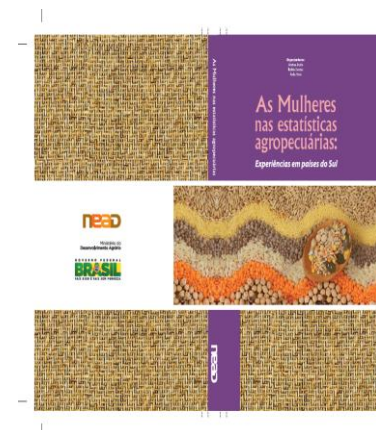
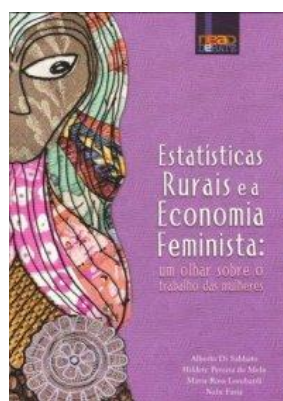
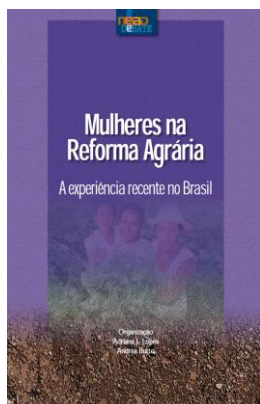
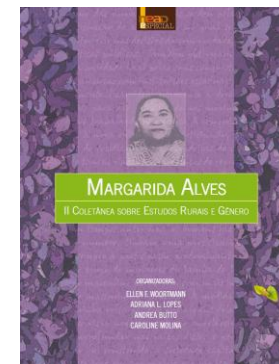
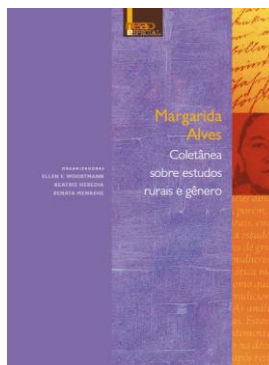


Agenda Internacional

- REAF – GT de Gênero
- Cooperação na América Latina e Caribe
- Cooperação Sul-Sul
- Debate sobre Estatísticas Rurais

Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais

Publicações





Muito Obrigada!

Karla Hora

Diretora de Políticas para Mulheres Rurais – MDA

Karla.hora@mda.gov.br

+55 61 2020 0845